

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR: TENDÊNCIAS E CONTROVÉRSIAS¹

João Carlos Tedesco²

SINOPSE

O presente artigo tenta refletir sobre o processo recente de transformações sócio-econômicas da agricultura brasileira e a pequena produção familiar nessa nova dinâmica. O que se quer mostrar é que a dinâmica modernizante, nos últimos anos, redefiniu o papel deste estrato em meio ao processo de acumulação do capital.

Palavras-chave: agricultura familiar, agroindústria

1 INTRODUÇÃO

As teorizações referentes ao processo de industrialização da agricultura - via agroindustrialização- e a presença da unidade camponesa familiar no campo apresentam-se como um dado discordante e muito polêmico. Inúmeras controvérsias surgem, quando se fala em "industrializar" a agricultura; quando se fala na relação natureza-terra/ tecnologia. E o trabalho familiar, sua organização interna e externa, adequa-se à estrutura de produção capitalista? Como entender a relação camponês-produção capitalista (na ótica da divisão do trabalho e na racionalidade econômico-funcional que esta exige)? Estas e muitas outras questões perpassam as discussões acerca dessa relação, sem uma definição mais global.

Estudos recentes, em nível de Brasil, tentam mostrar, nas suas especificidades, uma grande tendência de redefinição e permanência do camponês na sua constante vinculação ao processo de produção agroindustrial.

¹ O presente artigo é um breve esboço de parte de uma pesquisa em andamento que trata sobre a agroindustrialização da agricultura na região de Passo Fundo e o papel da produção familiar nesse processo.

² Mestre em Sociologia, Prof. da Faculdade de Economia da UPF, .Pesquisador do Banco de Dados da FAE/UPF.

Nosso objetivo, ao refletir sobre a pequena produção familiar da região, é corroborar essa dimensão no intuito de perceber a articulação dos processos produtivos rurais, inseridos na dinâmica de transformações ocorridas na agricultura nos últimos anos.

Acreditamos que essa reestruturação tenha redefinido a inserção e a permanência da pequena produção familiar, assim como criou relações sociais de produção e de reprodução ampliada do capital.

Neste sentido, o que se quer é apresentar, em grandes linhas, o processo pelo qual se implementou a tentativa de industrializar a agricultura brasileira que teve, na implantação de agroindústrias, um dos elementos mais dinâmicos e representativos do processo.

Para tanto, primeiramente, far-se-á uma breve caracterização das transformações e especificidades ocorridas no agro-brasileiro a partir do processo de modernização da agricultura. Posteriormente, refletiremos sobre a permanência, para alguns paradoxal, da pequena produção familiar no interior desse processo de avanço e penetração das forças produtivas na agricultura, sob a dinâmica da produção agroindustrial.

Para análise empírica específica, escolhemos a região de Passo Fundo (RS), pela sua representatividade econômica no espaço regional; pela sua estrutura fundiária; pelo modo como vem-se processando a dinâmica interna da produção agroindustrial e pela absorção do processo de modernização da agricultura.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO AGRO-BRASILEIRO PÓS-DÉCADA DE 1970

O processo de modernização³ evidenciou-se no Pós-Guerra, passando por várias fases e faces, apresentando-se, mais recentemente, naquilo que se convencionou chamar de "industrialização da agricultura"⁴, sendo os complexos agroindustriais expressão avançada desta prática.

A trajetória da modernização, via complexos agroindustriais, possibilitou a demanda do mercado internacional pelos produtos brasileiros, salientando o papel da economia na divisão internacional do trabalho e na economia mundial

³Entende-se por modernização não apenas as transformações na base técnica do trabalho, mas o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente, tanto no ponto de vista da incorporação do progresso técnico, quanto no que diz respeito às relações sociais de produção

⁴Nesse processo, não se trata simplesmente de substituir trabalho por capital ou tecnologia, mas tem-se de ter presente a dependência das condições naturais ("limites naturais") e as formas não-capitalistas de produzir.

constituída⁵; internacionalizou o parque industrial; promoveu a valorização, sem precedente, do preço da terra, a utilização maciça de insumos industriais, tecnificados; aglutinou um bloco de atores expressivos do capital na convergência do processo.

No período da implantação do processo modernizante, fundamentalmente pós 1965, o Estado "nacional" exerceu um papel fundamental: com farta possibilidade de captação monetária externa, sob um forte arrocho salarial, o mesmo fez "caixa" para subsidiar (via crédito) a implantação seletiva dos meios mecânicos e químicos no desenvolvimento da produção. Esse modelo, implantado no campo (concebido na cidade para atender, na sua maioria, a interesses do capital urbano), visava a tornar o Brasil "celeiro mundial", além de expandir a capacidade industrial.

A industrialização da agricultura, sem reforma agrária, na visão de seus ideólogos, seria a solução para o problema do "atraso" ou da baixa produtividade do setor. A promoção do pacote tecnológico (Revolução Verde) estava sendo feita com esse objetivo pelo "establishment" científico internacional e pelos capitais agroindustriais norte-americanos. Todo esse espaço econômico, expresso em programas espaciais de desenvolvimento regional⁶, expansão da pesquisa e extensão rural, investimento em infra-estrutura, comercialização e distribuição, etc., passou a ser gerenciado em função dessa dinâmica modernizante.

É interessante ter presente que, a partir da década de 50, com a extensividade e a aceleração do processo de substituição de importações, o parque industrial nacional ganha dinamismo, mas é, a partir de 65, que o mesmo se consolida. Contempla-se um estilo de desenvolvimento que objetiva a modernização conservadora,⁷ o ciclo ascendente de desenvolvimento que vai culminar no famoso "milagre econômico". Nesse período, o pacote tecnológico da "revolução verde" é consolidado,

⁵A economia mundial constituída é entendida enquanto totalidade complexa, que se estrutura na hierarquização e na divisão internacional do trabalho; serve-se de canais políticos, transcendendo os Estados nacionais para formar a globalidade do processo de acumulação mundial.

⁶Sabe-se que a modernização da agricultura continua privilegiando regiões e espaços de influências de controle do capital, onde seu desenvolvimento não esbarra em pontos de estrangulamento, podendo dar fluxo ao seu desenvolvimento intensivo. O processo reflete claramente o conjunto estrutural do agro-brasileiro.

⁷Há uma série de críticas ao significado dado ao conceito de "modernização conservadora". A mais contundente, ao nosso ver, é a de NEVES (1990), afirma o qual, padecer o uso deste termo de um caráter homogeneizador, pois traz implícita a pressuposição ou expectativa de mudanças mais profundas e abrangentes; supervaloriza a dimensão tecnológica e a dinâmica do capital; nutre-se de conteúdos ideológicos, no sentido de mistificar linearmente o progresso como lei natural do capitalismo, desconsiderando o papel dos agentes sociais na vida econômica, bem como as contradições e a coexistência de interesses diversos frente a um modelo imposto e coletivamente integrador.

direcionando somas pesadas de subsídios e outros incentivos à produção, bem como elevando os preços no mercado internacional para os produtos nacionais (MARTINE, 1989). Neste sentido, a maioria dos teóricos da questão agrária são unânimes em afirmar que o principal instrumento promotor do processo em questão foi o crédito agrícola subsidiado, social, espacial e setorialmente diferenciado.

Esse processo modernizante, na sua globalidade, serviu para modificar as relações de produção no campo, dificultando o acesso à terra, para dar evolução à emigração e ao êxodo rural (30 milhões entre 1960 e 1980) e para promover um profundo desequilíbrio no ecossistema e na saúde humana, entre muitíssimas outras situações. Além de a mecanização expulsar mão-de-obra, o espaço físico-social disponível aos arrendatários, parceiros e outros pequenos produtores, ficou reduzido pela "territorialização do capital", na objetividade da capitalização do processo de produção.

Esta etapa de desenvolvimento da modernização adapta-se ao modelo de desenvolvimento capitalista, monopolista e dependente, centrado na expansão do capital estrangeiro, indutor progressivo do sistema produtivo mundial, no qual as técnicas são apenas transferidas através de uma espécie de cordão umbilical que liga o todo às partes.

O Estado, neste processo, exerceu o papel de elo de ligação. É "chamado" a assumir riscos e a intervir no produtivo. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e os Programas Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), enquanto políticas de Estado, visavam a induzir à modernização da agricultura, elevando a produção e a produtividade agrícola através da adoção intensiva de insumos modernos, colaborando profundamente para que o capital assumisse o controle sobre o meio natural e subordinasse os menos "eficientes". Os grandes programas espaciais/regionais promovidos pelo Estado, tipo PRÓALCOOL, PRONAZEM, POLONORDESTE, PROTERRA, POLOCENTRO, PROPEC, POLOAMAZÔNIA e muitos outros, mesmo com a retórica da desconcentração, beneficiaram a grande produção.

A primeira década do processo de modernização foi marcada, também, pela intensificação da categoria de assalariados rurais temporários, pois a utilização de mão-de-obra, em períodos de intensa atividade agrícola, reduziu a oferta de empregos estáveis, provocando, com isso, uma situação singular: terem os trabalhadores emprego temporário no campo, residindo na área urbana. Esta desestruturação de grande número de pequenos proprietários "provocou um descompasso entre o ritmo de trabalho e o crescimento das oportunidades de

trabalho no campo" (MARTINE, 1987: 63). Acreditamos que aí esteja a raiz do êxodo rural: a "corrida" para as grandes cidades foi intensa; a população urbana cresceu em 26 milhões na década de 70 (só a cidade de São Paulo cresceu mais do que a região Norte ou a região Centro-oeste), mostrando o lado perverso dos processos de acumulação pelo capital (a marginalidade econômica conduzindo à pobreza é o aspecto socialmente visível do processo de acumulação que o capital promove).

Mesmo havendo um certo crescimento industrial, o ritmo de crescimento e concentração urbana foi profundamente desproporcional à taxa de crescimento de empregos. Para não fazer reforma agrária, áreas que, até então, faziam parte da geopolítica passaram a ser um **locus** estratégico de amenizações de conflitos sociais⁸. No fundo, esta tentativa de ocupar os "espaços vazios" não foi nada mais que um esvaziamento dos espaços ocupados, pois, ao invés de assentar colonos, tornou-se um espaço equivalente de capital entregue nas mãos de grandes empresas para projetos próprios.

A questão, também de profunda preocupação, é que esse processo de industrialização da agricultura, com sua dinâmica de produção moderna, exerceu uma pressão especulativa sobre as terras que, sem dúvida, acabou afetando as zonas de cultivo tradicional ou as de ocupação recente. Nesse sentido, o movimento de expansão da fronteira (interiorização) e o de concentração urbana que, aparentemente, parecia contraditório, tornou-se complementar.

Esse mesmo modelo inicia a década de 80 dando sinais oscilantes, pendendo mais para a ineficiência; as frustrações de safras do início da década revelaram as contradições no processo modernizante da agricultura; a segunda alta do petróleo (1979) teve reflexos profundos tanto no mercado internacional (as economias desenvolvidas começaram adotar medidas preventivas à favor de suas economias), como nos mercados domésticos, através da queda de preço dos produtos primários, elevação dos preços industriais, custos agrícolas, aumento dos juros, etc..

A fase do crédito seletivo/abundante da década anterior não pôde ser tão exponencial no início da de 80. "Entre 1980 e 1985, as aplicações totais na

⁸O processo histórico posterior veio mostrar a ineficiência econômica (não política) desses grandes projetos na fronteira agrícola. A pressão especulativa sobre as terras, a concentração da propriedade, a seletividade dos extratos produtivos, privilegiando os mais eficientes, entre outros, contribuíram para fechar a "fronteira agrícola" aos produtores familiares, obrigando-os a sobreviverem no proletariado rural/urbano. É importante deixar claro que o "fechamento" não é físico, mas, sim, de estratificação social. O ato de abertura, no período autoritário-militar, baseou-se na idéia de "vazio demográfico"; a prática veio transformar o espaço sob as ordens de grupos capitalistas, em "vazio social" em espaço de reprodução da dominação, seleção e exclusão social.

agricultura e pecuária caíram, de 250 bilhões para 124 bilhões de cruzeiros, em valores constantes (...). Entre 1979 e 1984 o volume de crédito foi reduzido em mais de 50 % (...). Em 1984, o valor do crédito foi pouco superior a 1/5 do registrado em 1979 (...), entre 1980 e 1984, a redução do crédito de comercialização chegou perto de 70 %" (KAGEYAMA et alii, 1987: 61).

As constantes secas em regiões específicas, quebras de safras, os baixos preços das exportações vigentes depois de 1980, a redução da demanda de alimentos associada à queda da renda per capita e ao crescente desemprego, as altas taxas de juros inviabilizaram estoques de produtos agrícolas; a inflação alta, a política de substituição de importações (trigo e cana-de-açúcar), assim como a produção dos produtos alimentares tradicionais favoreceram para que a situação temporal ganhasse complexidade específica.

No caso dos complexos agroindustriais (CAIs)⁹, é bom deixar claro que não são setores diferenciados da industrialização da agricultura. Os mesmos têm que ser vistos enquanto unidade de análise de acumulação do capital, ou seja, na inserção aprofundada e subordinada da agricultura à dinâmica industrial e financeira.

A partir da década de 80, o crédito passou a receber um endereço privilegiado: o comerciante e a agroindústria¹⁰. Estruturou-se um dinamismo financeiro voltado para o setor agroindustrial.

A dinâmica que envolve este setor (concentrado/centralizado) não pode ser compreendida a partir de si própria. As inter-relações entre esse setor com a estrutura de preços, com outras atividades, com as políticas que afetam seus componentes e as estratégias de crescimento, formam um conjunto dinâmico que não abarca mais, conceitualmente, o "setor agrícola", mas, sim, circuitos industriais e

⁹A noção de complexo não pode ser entendida como algo estruturado, fechado, mas, sim, dinâmico, que relaciona atividades de compra e venda entre si (Kageyama et alii, 1987). Na opinião de Muller (1989: 148), o complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. Acredita-se que essa trajetória é irreversível, mas não acabada. É apenas um estágio onde o modelo da modernização encontrou um instrumento por excelência de viabilidade econômica e uma estratégia de controle social orientada e fetichizada pela articulação mercantil que também objetiva amenizar conflitos sociais.

¹⁰As operações do Governo Federal (AGF) e Empréstimos (EGF) exerceram um papel importante para as agroprocessadoras. Ou seja, a indústria toma um EGF na rede bancária a fim de compor estoques, com juros equivalentes aos vigentes no crédito rural (abaixo do mercado); com o dinheiro na mão, a indústria compra o produto do produtor, pagando-lhe, normalmente, preço mínimo. Após o processamento, o produto é vendido ao mercado (interno ou externo) a preço de mercado, dando possibilidade de liquidação do empréstimo

financeiros, inseridos no modelo evolucionista, global, da modernização "industrialização" da agricultura.

Porém, em síntese, mesmo constituindo-se num dos principais vetores da estratégia modernizante, o CAI está dando mostras de ineficiência. A atual crise da economia brasileira está impondo canais interpretativos que, pelo menos em parte, rompem com a falácia do dinamismo global do CAI, introduzindo novas trajetórias, tais como diversificação da produção, participação da pequena produção familiar, agricultura ecológica, etc... A manutenção de um nível de produção agrícola, equiparado aos patamares anteriores, deve-se mais ao crédito subsidiado dirigido e à "abertura" das novas fronteiras produtivas do que, propriamente, à consolidação de uma maturação do padrão agrícola caificado. A seletividade dos beneficiários do crédito, bem como a trajetória macroeconômica respaldada na conjuntura econômica brasileira, provocou mudanças na trajetória das relações de produção sob o processo de modernização.

A carência da produção de alimentos, evidenciada na década de 70 que teve como causa, de um lado, o crescimento da produção de bens agrícolas exportáveis (estimulados pelos preços internacionais, políticas internas de promoção de exportação e progresso tecnológico no setor); de outro, no tocante basicamente ao pequeno produtor, a incapacidade de adaptação ao progresso técnico, a incerteza, frente aos fenômenos da natureza, o controle de preços, etc., ganha novos contornos a partir do início da década de 80. É bom lembrar, que a economia brasileira teve um rápido crescimento pós-1968 que se evidenciou, também, no setor agrícola, com possível auferição de renda por parte dos produtores familiares¹¹, em ocupações alternativas de trabalho rural ou urbano. A certeza de um lucro auferido em curto prazo, em trabalhos urbanos, superior ao rural, resultou também num aumento do fluxo migratório rural-urbano (RESENDE, 1988).

Segundo alguns analistas do meio rural, o impacto negativo no ritmo de crescimento econômico, verificado na década de 80, estancou, pelo menos em parte, o fluxo migratório. Estudos mais localizados mostram que os pequenos estabelecimentos voltam a crescer; não só os pequenos crescem como também há um declínio nas taxas de crescimento do número de estabelecimentos maiores e, especialmente, do volume de mão-de-obra neles ocupada.

¹¹.É muito controverso o conceito de pequena produção familiar ou economia camponesa. Como não há condições de fazer uma discussão tipológica e conceitual, é bom que se diga apenas que a mesma é aqui entendida enquanto unidade de convívio, em relação de parentesco e que, em determinadas situações, utiliza mão-de-obra assalariada temporária.

Segundo MARTINE (1989: 12-13), "o total de estabelecimentos apresentou um aumento (de 5,2 para 5,8 milhões), enquanto a taxa de crescimento da área total apresentava uma redução notável, em comparação com períodos anteriores. Conseqüentemente, a área média dos estabelecimentos agropecuários sofreu uma redução em todas as unidades da Federação, exceto Amapá, Pará e Paraná (e, nestes dois últimos, o aumento foi de apenas um ha cada). Os estabelecimentos de menos de 10 ha passaram de 2,6 para 3,1 milhões, o qual apresenta um crescimento de 18,8 % a.a".

Houve um processo evidente de "minifundização". No entanto, este processo não chegou a romper profundamente com a dinâmica tradicional da estrutura fundiária. O que houve foi uma reestruturação conjuntural, provocada por uma crise econômica que, no mais, não conseguiu romper, na totalidade, a trajetória permanente de concentração/expulsão do agro-brasileiro.

O importante, ao que parece, é ter presente que o período pós-década de 80 é profundamente complexo e contraditório: se, por um lado, como diz MARTINE (1989), a canalização de recursos estatais, direcionados a um número seletivo de produtores qualificados, resultou na manutenção dos níveis de produção e de produtividade; no lado oposto, abriu um espaço para o pequeno produtor familiar sobreviver, produzindo alimentos inclusive com formas não-capitalistas de produção. Nesse sentido, é necessário ver, também, que, possivelmente, outros fatores, tais como baixa rentabilidade da produção de soja, a mão-de-obra desqualificada da unidade familiar para o trabalho no setor urbano, a irregular valorização da terra (principalmente em 1982 e 1984), tenham contribuído para que os "fatores de expulsão" não fossem tão intensos como no período anterior¹². Percebe-se que o processo envolve variáveis que vão além de explicações monolíticas (expulsão/atração) e que são profundamente complexas e heterogêneas¹³.

¹² Quem analisa o problema da urbanização, principalmente pós-década de 70, não poderá perder de vista esse movimento (em algumas situações até contraditório) em nível de processo e relações de produção na agricultura, bem como a dimensão da ação valorativa (valores/cultura) dos agentes sociais envolvidos no espaço produtivo rural.

¹³ É evidente que, pelo fato de não ter optado por uma reforma agrária, o modelo econômico agrícola implantado foi incapaz de fazer crescer a produção de alimentos para o consumo interno, não porque não houvesse necessidades alimentares, mas, sim, pela restrição do poder de compra da população, que se vê até hoje profundamente comprimida pelo arrocho salarial e pela inflação. Com a demanda interna comprimida (pela miséria), a dívida externa solapando a capacidade de desenvolvimento, o modelo adotado, a partir da metade da década de 80, foi de exportar, contraditoriamente, produtos que estão faltando no mercado interno.

Mesmo em meio a uma conjuntura externa não tão favorável, a metade da década de 80 foi marcada por um princípio de recuperação econômica. O trigo compensou a perda da soja (seca de 1986) no Centro-Sul; também houve uma elevação nos patamares das culturas alimentares, bem como carnes (aves e suínos) e cítricos. Tanto a dinâmica exportadora industrial, como a demanda urbana (esta, mesmo com parco poder de compra, foi intensificada pelo Plano Cruzado) colaboraram para ratificar a euforia dos agricultores, principalmente por se sentirem aliviados do fantasma da correção monetária nos empréstimos rurais, já que os juros foram fixados a uma taxa nominal de 10 % a.a., Tudo isso colaborou para expandir a produção e elevar o consumo.

Em 1987, parte desta euforia se esvaiu: o Plano Cruzado não dava estabilidade a longo prazo; volta a correção monetária, acompanhada de uma hiperinflação; desequilíbrios externos forçam tomadas de medidas de ajustamento macroeconômico; o governo força uma redução da demanda interna, fazendo acumular estoques do produto e baixando seu custo. No final da década de 80, devido a fatores bioclimáticos externos (secas americanas), houve sensíveis melhoras tanto nos preços aos produtores, como na demanda do mercado externo. Mas volta, também, a política de aumento dos saldos comerciais externos com o objetivo de pagamento dos serviços da dívida, bem como a redução do abastecimento interno de alimentos básicos, afetando profundamente a situação nutricional da população urbana (MARTINE, 1989).

Poucos dados se tem sobre o final da década de 80 e início da de 90. O que se sabe é que a produção agrícola, como um todo, vem crescendo consideravelmente, inclusive com subsídios seletivos e em meio a preços profundamente defasados.

É importante ressaltar que a crescente competição nos mercados externos, aliada à crise agrícola de alguns países do capitalismo central, tem reflexos profundos nos mercados internos. No entanto, a dificuldade de competir externamente, o estrangulamento intenso do poder de compra interno, fazem com que o Governo tenha que bancar preços e garantias. A omissão do governo (pressionado externamente), mesmo em meio a supersafras como às recentes, obriga as várias categorias de produtores a se organizarem e a barganharem espaços econômicos com o intuito de conseguirem transferência de recursos para o plantio no ano posterior. Pode-se deduzir o esforço da pequena produção camponesa nestes

processos¹⁴. Nesse sentido, as agroindústrias (aves, suínos, fumo, cítricos, maçã, hortigranjeiros) encontram espaço de aglutinação, explorando e redefinindo a agricultura camponesa.

Em meio a todo esse processo, cresce também a complexidade em torno da compreensão das "novas" forças que atuam política e economicamente no campo. Os campos de confronto se acirraram profundamente nos últimos anos.

Os ideólogos da agricultura voltada para o CAI tentam mostrar que estamos num estágio avançado de desenvolvimento; buscam vender a imagem de que, sem escala de produção, o setor não avança; portanto não haveria lugar para o pequeno produtor de base familiar. Na linguagem de MARTINE (1989), isto não passa de uma falácia. "Vários trabalhos documentam a persistência, até o crescimento do setor informal e da pequena propriedade familiar, seja ela urbana ou rural, até em países de capitalismo avançado. (...). O ponto a destacar é que a modernização não extingue a produção familiar, ao contrário, cria necessidades de empreendimentos que apresentem vantagens em termos de flexibilidade, especialização, desburocratização e custos reais de mão-de-obra" (MARTINE, 1989: 24). O argumento das forças rurais conservadoras de que "não dá para ir contra o que deu certo (...) no mundo inteiro é a diminuição da população do campo, o aumento da tecnologia, da produtividade por hectare e o aumento da renda: mecanização da agricultura com pouca gente no campo" (CAIADO, 1987) ou de que o êxodo rural é consequência unicamente de fatores de atração das cidades, já não tem mais espaço real.

É deste modo que a questão da pequena produção e de sua relação com o capital, no atual modelo de desenvolvimento, é muito complexa. O espaço social, como um todo, é um todo complexo, constituído por conflitos sociais (renovando energias políticas não-institucionais que tinham passado por um processo de esvaziamento e cerceamento) que se articulam na formação, organização e transformação das próprias classes e grupos sociais envolvidos. O próprio capital, que tanto queria a expropriação completa (expulsão) da pequena produção familiar,

¹⁴ Essa crise, provocada pela competição no mercado externo, poderia, teoricamente, abrir espaços e dinamizar o mercado interno. Mas, para isso, faz-se necessário uma reorientação geral da política agrícola. Não adianta continuar buscando eficiência na produção alimentar nos moldes da modernização capitalista, pois a produtividade, com conseqüente barateamento dos preços pagos aos produtores, ocasionaria a intensificação novamente do êxodo rural; seriam beneficiados novamente apenas alguns. Via aumento de preços, seria irracional e desastroso, tendo em vista a redução do poder de compra das massas. É bom deixar claro que não se trata de um problema de oferta (exporta-se milho, soja, cítricos...) e, sim, de insuficiência de demanda. Reduzir a demanda, via aumento de preços, implica agravar a fome e a desnutrição. O problema, como um todo, reflete o modelo agrícola brasileiro (exclusão, liberação de mão-de-obra, concentrador...). O modelo pode ser moderno, desde que seja redistributivo.

ao que parece, promove a permanência desta, constantemente redefinindo-a. É o que se quer abordar a seguir.

3 O CAMPONÊS COMO PRODUTO REDEFINIDO PELA RELAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA

A tendência à modernização compulsória na agricultura, nas duas últimas décadas, aproximou profundamente a relação indústria/agricultura, tornando esta subordinada. A dinâmica da integração não se deu em nível de mercado (comercialização), como em décadas passadas, mas, acima de tudo, nas formas de produzir, ou seja, na reestruturação das relações de trabalho e de produção. No aspecto da produção, dinamiza-se o trabalho familiar, fundamentalmente, na produção de alimentos, devido ao aviltamento da remuneração dos fatores de produção, à instabilidade dos mecanismos de fixação de preços, à baixa oferta de empregos e à renda concentrada no espaço urbano. Este processo, sem dúvida, abriu espaços para o movimento mais geral de acumulação e apropriação do excedente produzido na unidade familiar pelos capitais agroindustriais¹⁵.

A literatura que aborda os recentes processos sociais rurais contempla o avanço considerável de unidades familiares capitalizadas que utilizam mão-de-obra de natureza familiar. O debate gira em torno dos conceitos conflitantes desta forma de produção, tendo em vista sua real integração aos capitais agroindustriais e ao processo mais amplo de acumulação capitalista. Na ligação, por exemplo, da pequena produção com a agroindústria (integração)¹⁶, mesmo estando revestida de uma aparência jurídica da troca mercantil, a primeira perde o domínio técnico do processo de produção e é explorada no âmbito comercial, primeiramente, baixando a remuneração da força de trabalho através da baixa dos preços dos produtos agrícolas; posteriormente, aumentando a produtividade do produtor, propiciando

¹⁵Para uma análise mais apurada dessa nova conceituação, ver JOLLIVET (1982), FAURE (1978), SCHULTZ (1964). Os três buscam, em situações específicas, analisar as formas pelas quais o capital procura tornar a produção familiar funcional à estrutura capitalista como um todo, no sentido de eficiência e maximização de lucro, transformando a agricultura tradicional.

¹⁶É bom deixar claro que, quando se fala em integração, está-se referindo às práticas produtivas dos pequenos produtores familiares, adaptadas aos moldes do capitalismo moderno de produção, vinculados especificamente a um produto. No entanto, acredita-se que hoje a agricultura moderna está completamente integrada aos vários expoentes do capital. Com isso, não se está querendo dizer que em todos os setores com os quais se associa perde por completo sua autonomia. É difícil mensurar o nível que tece e que dá consistência a esta relação. O que há é uma convivência sob a ótica do conflito, sem, no entanto, perder de vista a objetividade de determinadas práticas que se traduzem em racionalidades acionadas pelos camponeses.

(via empréstimos) os insumos necessários. Nessa dimensão, vieses são criados e recriados pelo próprio capital; a própria reprodução do campesinato insere-se nas condições históricas de seu funcionamento. O que há é uma tentativa de tornar a produção agrícola um processo industrial, promovendo a divisão social do trabalho numa complexidade de relações sociais de produção entre o "rural" e o "urbano"; no entanto o processo esbarra no elemento natureza, no elemento terra, que impede a penetração do processo global de trabalho capitalista no campo.

As características internas do trabalho familiar, com a modernização da agricultura, mais recentemente, estão sofrendo transformações; há a presença constante do trabalho não-familiar como elemento constituinte do processo de trabalho da exploração familiar.

O que se percebe é que estudos recentes, em nível de país, tentam mostrar, nas suas especificidades, essa tendência da redefinição e permanência do camponês na sua constante vinculação ao processo agroindustrial. Esses expõem a dificuldade de entendimento desse universo produtivo frente à complexidade do processo de produção moderno na agricultura. Alguns apontam, inclusive, a sua presença hoje como expressão da inviabilidade do capitalismo na agricultura em realizar o lucro médio, nem tampouco a renda da terra, como sendo um produto anômalo do capitalismo agrário, mas necessário à sua acumulação. No entanto, a sua "funcionalidade" é indiscutível, principalmente no tocante à absorção de insumos, produção/produtividade, alocação de recursos, redução de custos, valorização da força de trabalho, produção de alimentos, "autodeterminação" do trabalho, tecnificação ou capitalização do mesmo sem acumulação, etc... Neste sentido, no referido estrato, os meios de produção e a força de trabalho podem vir a funcionar no processo de geração do valor.

A produção de alimentos, vinculada ao processo agroindustrial, é que está dinamizando, nos últimos anos, o processo produtivo da unidade familiar¹⁷; ela se apresenta, ainda hoje, no mercado, de uma forma aleatória e atomizada. A falta de estabilidade e padronização necessária dos produtos no mercado fazem com que as agroindústrias alimentares determinem o controle e a orientação do processo produtivo.

¹⁷Na região de Passo Fundo, só para ilustrar, estão implantadas 3 das maiores agroindústrias do País: a empresa Perdigão, a Minuano e a Frango Sul. A primeira envolve mais de 3.000 camponeses; abrange 52 cidades da região; possui em torno de 750 integrados; abate aproximadamente 3.300.000 aves mensais. As três possuem mais de 1.500 famílias de camponeses integrados; juntas abatem mensalmente mais de 7 milhões de frangos (pesquisa direta em outubro de 1993).

Nessa dimensão, o espaço rural passa a ser parte integrante do novo modelo de desenvolvimento econômico e social implantado no país. O camponês sofre mudanças no seu universo de relações: torna-se um bom consumidor (dando dinamismo aos setores da economia urbana); mantém contato assíduo com o banco; está mais propenso ao risco (constantemente endividado); muda sua concepção de trabalho (reduzindo o tempo de lazer); intensifica-se a marcha pelo dinheiro; hábitos, valores culturais, etc., alteram-se; enfim, está envolto numa espacialidade social e econômica profundamente complexa. O capital, em constante dinamismo, vem criando espaços produtivos, valorizando-os, desnaturalizando-os, provocando profundas modificações na economia camponesa que, acionadas sob o princípio das "decisões racionais", buscam dar dinamismo ao movimento do capital na agricultura. A relação da pequena produção familiar com a agroindústria é expressiva nesse novo dinamismo.

3.1 As Relações Sociais no Processo de Integração¹⁸

É importante ressaltar que o processo produtivo integrado é parte da estratégia modernizante da agricultura no sentido de diversificar a produção e promover a acumulação do capital.

Na região aqui tratada, a produção comercial integrada começou de uma forma incipiente no final da década de 70, mas foi com a presença da empresa Perdigão e Frango Sul (pós 1980) que o processo foi intensificado e complexificado.

As empresas da região conhecem o universo referencial econômico-cultural dos camponeses que habitam esse espaço. Elas sabem que o pequeno camponês integrado, só pelo seu esforço, na situação atual, não tem garantia de retorno econômico; ele precisa do elemento externo, expresso no capital que objetiva, que lhe transmita a universalidade centrada nas relações que articulam e dimensionam o mercado. A eficácia da ação da empresa e sua personificação articulam um sistema de crença que faz objetivar a dimensão da funcionalidade, como que indo ao encontro do desejo, cimentado na cultura dos integrados, que promove a dimensão mercantil.

¹⁸A exiguidade do espaço não permite adentrar em questões puramente econômicas (custos, preços, produção, produtividade, ganhos, perdas, cotação, mercado, etc.). Far-se-ão breves considerações referentes a determinadas situações sociais presentes no processo de produção integrada de alimentos na região de Passo Fundo. Parte desta pesquisa foi feita em 1991-1992, complementada em 1993. O relatório deste trabalho tornou-se muito denso (compreende mais de 400 páginas). Para efeitos de um breve artigo, pontuaremos apenas algumas relações no sentido de mostrar essa dinâmica conflituosa e contraditória da redefinição da pequena produção familiar sob o processo de produção agroindustrial.

O relato de um integrado é ilustrativo: "*..diziam que valia apenas, (...) porque a gente estava mais preocupado com a segurança do produto. Não adianta botar um baita aviário e depois ter que fechar. Eles garantiam. (...) Faziam perguntas, queriam saber quantos trabalhavam na roça, quem tinha bastante gente insistiam para pegar o modo integrado, daí não se preocupava com o trabalho. (...)*" (entrevista direta).

O poderio das empresas contribui para dar uma certa margem de segurança na opção. "*a empresa e o produtor trabalham juntos agora. O produtor entra com a mão-de-obra e a infra-estrutura, a empresa com a matéria-prima, assistência técnica, dita o rendimento do lote, o peso médio e o preço. Ele (o integrado) nunca vai perder. O máximo que pode ficar é no zero a zero (...)*" Nesse sentido, norteiam situações, formulam posições (expressas monetariamente), buscando adaptá-las, temporalmente, aos seus desejos, anseios, dificuldades, articulando relações complexas, mas que fazem parte da lógica empresarial (na divisão social do trabalho) que o processo exige.

A produção integrada é, sem dúvida, a expressão máxima da organização da produção agrícola moderna da economia da região.

Por ser uma atividade inserida num universo tecnológico, exige um sincronismo, uma completa simultaneidade entre o mercado, a empresa e o produtor. Todas as práticas são controladas, organicamente, pelas empresas. Nesse dinamismo, exige-se funcionalidade expressa na destreza, no espírito empreendedor, na honestidade e, acima de tudo, na sujeição aos ditames técnico-empresariais. Esta racionalidade funcional-empresarial possui uma finalidade: é um produto de qualidade (com baixa conversão alimentar), ou seja, é o lucro.

Toda a atividade a ser desenvolvida na produção está submetida à lógica geral da produção da mercadoria: divisão do trabalho, subordinação do trabalho ao produto do mesmo, controle do tempo de trabalho e de produção (cronológico e físico), sincronismo e padronização nas tarefas, etc. As atividades normalmente se repetem em todos os ciclos¹⁹.

¹⁹.Estar produzindo é o tempo por excelência, é o tempo valorativo. Em meio à produção mercantil, o homem só é valorizado na medida de sua produção. O homem passa a fazer parte (enquanto subproduto) da corporalidade do capital. O trabalho, na produção, além de criar a mercadoria e seu valor, cria também uma situação existencial para o homem. O padrão de vida, o estilo de relacionar-se com o mundo é um produto social (ethos) que pré-determina, condiciona toda a função ativa da consciência humana (reificando-a) às mercadorias. O valor se materializa na venda e, com sucesso; aí é que a "coisa" recebe vivificação (fetiche). A produção objetiva-se no lucro através do trabalho produtivo; o lucro serve para "fazer capital"; ficando parado, o integrado sente-se isolado, fora da sociedade da mercadoria; individualizado em si mesmo, separa-se do tempo e do espaço estruturado para a troca. A vida, nessa dimensão, fica embrutecida pelo signo do lucro; o integrado se vê envolvido nessa racionalidade que molda seus impulsos, condiciona-o ao sacrifício de

A relação entre a empresa e o pequeno produtor integrado expressa uma relação constante por dívida: o ato de receber a matéria-prima é também o ato de avaliar uma nova dívida. Este elemento está constantemente latente na "cabeça" do produtor. O contrato de integração dá materialidade a essa relação. O contrato promove a legitimidade da relação; a sua efetividade cria uma relação que, juridicamente, é fetichizada sob o sinônimo da igualdade; o contrato, ideologizando uma relação, visa, também, contraditoriamente, à precaução.

A atividade produtiva integrada possui uma série de vantagens e desvantagens. O elemento técnico, indutor da produtividade e dos lucros, está na "ponta da língua" dos ideólogos do sistema e seus defensores. Para manuseá-la e entendê-la, faz-se necessário pessoas qualificadas. A presença do técnico, bem como a seleção dos integrados, é de fundamental importância para a empresa²⁰. O técnico é o elemento que transmite os ditames; é a presença da empresa junto ao integrado, a sua vinculação com o institucional, como uma esfera criadora de uma relação dinâmica que vai além da simples presença e do simples olhar. No mundo prático do camponês, as coisas têm sentido pela sua imediatez. O reconhecimento de que o saber prático é limitado dá-se no momento da legitimação do saber específico e instrumental como, por exemplo, na identificação de epidemias, na eficácia dos remédios, nas práticas promotoras de produtividade, etc. Envoltos nessa dimensão da legitimidade, o técnico passa a controlar, a gerir o processo de trabalho dos integrados²¹.

A prática produtiva integrada expressa -se numa dinâmica oscilante: em momentos, há ganhos; em outros, há' perdas. Os prêmios, as festas, os descontos, a

si (tem que estar sempre trabalhando), o sacrifício pelo sacrificio, "teodicéia do sacrificio"(a qual converte o indivíduo em veículo de redenção do próprio trabalho).

²⁰O camponês integrado não é qualquer camponês. As empresas precisam de alguém que se submeta às regras disciplinares do trabalho: ser preferencialmente proprietário (a terra serve como fator de hipoteca); não utilizar mão-de-obra que não seja a familiar; o produtor deve organizar a produção como um todo, priorizando a venda dos produtos da unidade às empresas

²¹O técnico é orientado, para ,além de fornecer os elementos técnicos, ouvir e ser alvo de reclamações; para perceber e dificultar possíveis organizações e reivindicações contra poderes, dissensos, etc. Na prática cotidiana, o homem cria noções de realidade (KOSIK, 1976); elabora, pelo menos em parte, suas próprias representações das coisas e consegue promover um sistema de noções que expressa um mundo, ou as relações do mundo que o circunda. O técnico, enquanto elemento que objetiva cimentar uma relação consensual (o consenso da técnica), do contrato (como forma de camuflar interesses da empresa), expressa uma violência, pois anula práticas adversas dos subalternos; acaba desnudando um caráter assimétrico e conflitivo de uma relação que se reveste da simbologia da INTEGRAÇÃO.

cotação baixa²², os desligamentos, as punições, fazem parte de um todo complexo, um campo de forças que abre, fecha, define espaços, atrela, incorpora, socializa, regulariza o organismo individual ao coletivo. Este complexo de regras, criado por mecanismos institucionalizados, contém, em si, o princípio de sua legitimação, pois, pela suposição da objetividade e impessoalidade, bloqueiam e dispensam a promoção de relações sociais transparentes. As empresas tentam, de todas as formas, estabelecer ordens, consistências para as práticas.

Dentro deste modelo, o especialista é que fornece os meios "racionais" de agir. Deste modo, percebe-se que a produção integrada complexifica a totalidade das relações que envolvem as produções de excedentes na unidade de produção familiar. Esta fica cada vez mais exposta às variações do mercado (preços). A empresa fornece toda matéria-prima, os insumos, a assistência técnica e o transporte. Estes elementos entram como custos na avaliação do preço final do produto; são elementos constitutivos que fogem ao controle do produtor; fazem parte do sistema complexo da integração, onde elementos concretos da produção são excluídos de uma das partes contratantes, seja pelo elemento jurídico, ou então pela situação de monopólio-monopsônio não só de compra e venda, mas de controle técnico-político-ideológico.

O produtor não tem uma noção clara do que seja renda. Como fica difícil avaliar os custos materiais e humanos, comumente usados em critérios capitalistas, o produtor diz que renda é tudo aquilo que sobra no final da produção. Para ele, o importante é o "ramo", que são as atividades agrícolas interligadas. Nos momentos de crise, o produtor busca as "forças marginais" como fator de renda, expressas em produtos diversificados ou, então, submete-se à produção de valores de uso para consumo doméstico, reproduzindo a mão-de-obra familiar. As formas não-capitalistas de produção, nessa dimensão, permitem que as agroindústrias exerçam seu poder monopsônico, normalmente rebaixando preços pagos pelo produto integrado.

A produção integrada não elimina, por completo, outras atividades produtivas complementares na unidade familiar. A unidade familiar é um processo; está constantemente sendo redefinida pelo capital. A subordinação formal do trabalho ao capital é um processo pelo qual o capital não domina ainda, por completo, a

²²As cotações baixas, descontos não explicados, expressam-se em perdas para o integrado. Numa relação mercantil, as trocas que se tecem não são claras, não são movidas por sentimentalismos; joga-se com a "honestidade" (aliás, é difícil, numa troca mercantil, fazer uma demarcação entre esperteza e desonestidade), envolta num jogo de retórica, de gestos, que, por si só, dissimulam o preço, o montante do lucro, o quanto cada um deve ganhar.

totalidade do aspecto social da produção. O integrado é um produtor de mercadorias para agroindústrias e para outros setores que objetivam a circulação mercantil. Mesmo sendo proprietário da terra e de outros meios de produção, tem a organização da produção determinada externamente pela agroindústria.

No entanto, é bom ter claro que a unidade camponesa é uma categoria social que interage com a globalidade da economia capitalista. A subsunção formal é uma tentativa de convivência entre o camponês (ainda proprietário) e o capital. A subsunção formal do trabalho ao capital não pode ser vista como uma relação externa ao processo da relação mercantil, assim como as formas não capitalistas de produção; ambas expressam estruturas de produção que objetivam a circulação do excedente e sua materialidade mercantil.

Mesmo em meio à ambigüidade na compreensão dos elementos utilizados pelo capital para manter o trabalhador subsumido, muitos camponeses conseguem resgatar espaços para dialetizar a relação. A própria dificuldade de sobrevivência e de reprodução da unidade, esse vivenciar de sua destruição do seu sistema de produção, vão criando negatividade, desreificando a relação social imediata, cristalizada na mercadoria e comandada pelo capital agroindustrial.

Tanto a integração quanto as formas de produção "autônomas" se dão num "campo" onde se travam lutas em torno de interesses específicos (controle do processo imediato da mão-de-obra, custos dos insumos, margens de comercialização, relações de trabalho...), expressos pelo lugar ocupado nas relações objetivas de produção. São produto derivado da experiência da realidade global ou das noções sobre o real (visões de mundo) com suas normas de condutas derivadas delas, que buscam dar uma "identidade" coletiva dos camponeses integrados, promovendo rupturas na construção da realidade e na operacionalidade do sistema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena produção familiar não pode ser vista como um resíduo do processo, ou como uma estrutura produtiva que, inevitavelmente, vai ser varrida pela porta dos fundos do desenvolvimento capitalista na agricultura. Ela não é uma categoria alienada da estrutura maior; não é uma condição, mas, sim, um processo em constante reconstrução. Tem que ser entendida como um produto redefinido pela racionalidade funcional e técnica do processo produtivo, pelas mudanças de hábitos

alimentares na sociedade²³ na forma de produzir e na compreensão simbólica e pragmática da natureza, em síntese, na racionalidade funcional, que tem na produção da mercadoria (excedente) e na lógica do movimento de valorização do capital, seu sentido de ser.

Convém ressaltar, também, que a unidade produtiva familiar norteia uma "racionalidade" econômica que foge, em grande parte, dos critérios puramente econômicos na organização de sua produção (não se está querendo dizer que haja incompatibilidade entre campesinato e capitalismo), ou seja, que há é um conjunto de valores, vínculos sociais e pessoais que extrapolam a impessoalidade e a objetividade das trocas mercantis sob a ótica do mercado. Portanto, há limites na racionalidade econômica (em termos de teoria, não no próprio camponês), provocados por fatores "internos" que explicam as particularidades da presença da unidade familiar no campo hoje.

É importante ver que há uma série de relações complexas entre a tendência à agroindustrialização da agricultura, a produção familiar integrada, a indústria alimentar, a comercialização e o consumo de alimentos e a cultura dos camponeses. A agroindústria, sem dúvida, norteia o processo como um todo, ora obtendo mercadorias a preços baixos, ora interferindo no processo produtivo; em alguns momentos, dominando e açambarcando espaços econômicos de indústrias menores, determina os produtos e produtores, influencia no próprio consumo de alimentos no sentido de adequar a demanda ao novo tipo de oferta, entre muitas outras questões.

Eis algumas das trajetórias que também precisam ser percebidas, quando da análise do processo de produção agroindustrial, o qual envolve a pequena produção familiar.

²³Há, na região de Passo Fundo, uma grande demanda por alimentos "in natura", orgânicos. A demanda reprimida, provocada pela escala crescente dos preços dos alimentos, tem um efeito redistributivo; faz com que grande parte dos consumidores urbanos frequente espaços de venda direta ao público. É o caso da feira do produtor. Isso, quando analisado sob o aspecto do produtor, permite captar a importância do trabalho familiar e a presença da pequena produção familiar subordinada e, também, outras formas de organização da produção de alimentos, fruto de graus diferenciados de penetração de formas capitalistas de produzir na agricultura.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. De Camponeses à Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Campinas, 1990. Tese (Doutorado), UNICAMP, 1990.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil. São Paulo: Pólis/CNPQ, 1986.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Redescobrimo a Família Rural. Revista Brasileira de Ciência Sociais, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 01, v. 1, p. 66-83, jun. 1986..
- BELATO, Dinarte. Camponeses Integrados. Campinas, 1985, Dissertação (Mestrado), UNICAMP, 1985.
- BESKOW, Paulo R. Agricultura e Capitalismo no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (19)p. 113-125, 1980.
- CASTRO, Ana Célia et alii. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Brasília: BINAGRI, 1972.
- CORADINI, Odacir, et alii. Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DICKINSON, J. e MANN, S. . Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture.. Trad. por Zander Navarro. The Journal of Peasant Studies,
- FRANTZ, Telmo R. . Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola. Ijuí. FIDENE, 1982.
- GOODMANN, David et alii. Agroindústria, Políticas e Estruturas Sociais Rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. Revista de Economia Política, São Paulo, 5 (4), p. 31-35, out./dez. 1985.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KAUTSKY, Karl. La Cuestión Agrária. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- LEHMANN, David. Ni Chayanov Ni Lenin: Apuntes sobre la Teoria de la Economia Campesina. Estudios Rurales Latinoamericanos, Bogotá. V. 3, n. 1, p. 5-23, Enero-Abril, 1980.
- LÊNIN, V. U. . El Desarrollo del Capitalismo em Rusia. Moscú Progreso, 1979.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo. . Terra, Trabalho e Capital: Produção Familiar e Acumulação. Campinas: UNICAMP, 1989.
- MARTINE, George. Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira. São Paulo: IBLAN, 1989. Texto mimeografado.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Difel, livro I, v. I, 1985.

NEVES, Delma P. . A Modernização das Unidades de Produção Agrícolas e as Relações de Trabalho. Rio de Janeiro, 1982, Texto mimeografado.

-----A modernização da agricultura: convergências de Interesses. Cadernos do ICFH, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, n. 35, nov. 1990.

TEPICHT, Jaerzy. Les Complexités de l'Économie Paysanne. Information sur les Sciences Sociales, Paris, p. 51-57, 1969.

PAULILO, Maria Ignês S. . Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. Florianópolis: UFSC, 1990.

SANDRONI, Paulo. A Questão Agrária e Campesinato. São Paulo: Pólis, 1980.

SCHULTZ, Theodor. A Transformação na Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazaré. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. São Paulo: 1979. Texto mimeografado.

WILKINSON, John. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. São Paulo: HUCITEC, 1986.

ZOCKUN, Maria H. P. . A Expansão da Soja no Brasil: Alguns Aspectos. São Paulo: USP, 1972.

ABSTRACT

AGROINDUSTRIALIZATION OF THE AGRICULTURAL SPACE AND THE SMALL FAMILIAR PRODUCTION: TENDENCIES AND OPPOSITE POINTS.

This article tries to think over the process of recent social and economic transformations on brazilian agriculture and the sprinkling familiar production in this new prism. What one wants to display is that the updated (modernizing) dynamic redefined, in the last years, the function of people with the same social situation in the process of accumulation of the capital.

Key-words: family agriculture, agroindustry.